

Um conto popular e dois romances tradicionais nas memórias de uma contadora de histórias da Ponta Delgada, concelho de S. Vicente, ilha da Madeira (Portugal)

Naidea Nunes Nunes
Universidade da Madeira
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa
naidean@staff.uma.pt

Resumo: Recolhemos um conto popular e dois romances orais tradicionais da boca de uma contadora de histórias de 97 anos da Ponta Delgada, concelho de S. Vicente, na ilha da Madeira (Portugal). A arte de contar histórias exige muito de memória e o dom de contar imagens e dar vida a uma narrativa entremeada de falas no discurso direto, com ritmo e vivacidade. Centraremos a nossa atenção no aspeto discursivo da linguagem na transmissão oral das histórias que passam, através da memória, de geração em geração, sendo modificadas a partir da própria realidade de vida do quotidiano da contadora de histórias e dos seus escutadores que lhe dão nova vida no momento da recitação. Mencionaremos as principais variantes das diferentes versões madeirenses das histórias, enquanto variações narrativas inseparáveis da própria linguagem, traduzindo a antiguidade desta tradição oral popular, mas também o papel da memória, na transmissão e consequente transformação da narrativa. Daí a literatura oral ou popular também ser denominada “literatura memorial”, porque esta existe no fio da memória de quem conta e de quem ouve. As suas características advêm da própria natureza da transmissão oral, com a riqueza das variantes linguístico-discursivas e as elipses ou omissões e adições que resultam das transformações das histórias no tempo e no espaço.

Palavras-chave: Memórias, Contos e romances tradicionais, Tradição oral, Cultura popular da Madeira e do Porto Santo, Português falado no Arquipélago da Madeira.

Os contos e os romances tradicionais transmitidos pelos contadores ou narradores aos escutadores de histórias, através de narrativas em rima ou versos e em prosa, fazem parte da realidade social humana desde tempos imemoriáveis, apresentando uma grande diversidade e riqueza como património linguístico e cultural. Ferré (1991: 453) diz-nos que se trata de um grande arquivo memorial onde se guardam saberes reguladores do comportamento social, memórias coletivas, sendo histórias exemplares. A narração oral é uma forma ancestral de comunicar ou transmitir valores, sentimentos, experiências vividas e histórias ouvidas às novas gerações, contribuindo para a consolidação e fixação de aspetos culturais das comunidades. O estudo da linguagem utilizada na Literatura Oral Tradicional tem um grande interesse para a História da Língua Portuguesa em geral e em particular, neste caso, para o estudo do Português falado no Arquipélago da Madeira, presente nas diversas versões madeirenses com variações locais e respetivas variantes discursivas. Trata-se de um património cultural imaterial veiculado através da língua, enquanto expressão oral tradicional, rica e variada, em forma de narrativa popular, como é o caso do romanceiro e dos contos, mas também dos cancioneros, das adivinhas, dos provérbios e ditos populares, das alcunhas e apodos.

Ocorrem recontos no espaço e no tempo, na voz de um mesmo contador, porque os contos estão vivos quando são recitados. Quando contamos, inventamos para preencher lacunas de memória e para compor a história. Daí a importância de indicarmos para cada versão não só o recolector mas também o nome do informante ou de quem contou a história, a idade, naturalidade, data e local de recolha. A literatura popular ou

memorial é assim um campo de possibilidades quase infinito que muda sempre que há um ato narrativo em que o contador ou narrador é o transmissor de uma tradição ou património cultural que passa através da memória para novas gerações. Cabe sobretudo às mulheres esse papel de contar as histórias aos filhos e netos, por isso não podemos deixar de referir a realização do 1º Festival Internacional de Contos da Madeira, denominado EVA (Era uma vez no Atlântico), cujo nome remete para o feminino, organizado pela Associação Xarabanda e realizado no Funchal de 23 a 25 de setembro de 2016. Desta iniciativa inédita na região, resultou a edição de um DVD de Contos Tradicionais da Madeira, onde se pode ler: “Os relatos, os contos, as histórias do quotidiano, que estas gentes partilharam e ainda hoje o fazem, integram o Património Cultural Imaterial da Região Autónoma da Madeira. São retratos daquilo que fomos, do que somos e do que queremos ser no futuro.”. Por isso, importa resgatar esta tradição popular dos contos e romances de transmissão oral que se perdeu com a televisão e o prestígio do livro ou das histórias escritas. Contar uma história a alguém ou escutar uma história de alguém é também recuperar a relação humana profunda com os outros, que infelizmente tende a desaparecer, interrompendo a cadeia de transmissão oral da literatura tradicional que foi ininterrupta durante séculos, transmitindo um sentimento antigo de pertença coletiva a uma comunidade.

Felizmente, o interesse pela tradição oral popular, com as suas variações idiossincráticas socioculturais e histórico-geográficas, está a fortalecer-se na atualidade. Depois do interesse que começou no Romantismo pelos contos e, mais tarde, pelos romances tradicionais, género narrativo em verso de tradição antiga que remonta à Idade Média peninsular, na Madeira foram feitas recolhas também de contos maravilhosos, novelescos, jocosos e formulísticos, sendo que as características da ilha lhe dão um carácter conservador das suas tradições (cf. “Conto de tradição oral”, Webgrafia). Este trabalho continua a ser feito no arquipélago, como é o caso das recentes recolhas da Associação Xarabanda, assim como, por exemplo, da rubrica radiofónica “Histórias e lengalengas” de Lília Mata, junto de anciãos que são os guardiões deste tesouro em vias de extinção, porque “veiculam mensagens que deixaram de fazer sentido num mundo urbano”, como nos diz Cardigos e como explica Correia, “um dos fatores essenciais para a preservação destes contos é o próprio isolamento das pessoas, mas também o analfabetismo, pois potencia a memória” (cf. “Investigadores”, Webgrafia). Segundo Marques (1995: 442), estas narrativas populares estão a desaparecer pelo facto de os romances serem usados sobretudo como cantigas comunitárias de trabalho, para acompanhar a segada (ceifa), quando esta tarefa era feita à mão, tal como a malha do trigo para retirar o grão, o que hoje é feito com máquinas. Refere ainda a difusão da rádio que acabou com o canto do trabalho e a televisão que veicula conteúdos completamente diferentes, por isso os filhos e os netos não se interessam pelas tradições “desprezadas como coisas de velhos e de gente atrasada”. Não podemos deixar de citar aqui as palavras do Prof. Armistead (*in* Marques, 1995: 441), as recolhas “não deverão ser apenas um «exhilarating sense [...] of satisfaction at having saved a wealth of balladic treasures from oblivion, but also [...] a poignant and renewed realization of how much more remains to be done – and in so short a time»”.

A nível nacional, as narrativas tradicionais voltam a ganhar nova vida, designadamente com o Centro de Tradições Populares Portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (através das recolhas efetuadas por estudantes universitários, incentivadas pelo Professor Pinto-Correia, no âmbito do ensino e investigação em Literatura Oral e Tradicional, num total de cerca de 13.000 versões de vários géneros, sistematizados e classificados no Arquivo Digital de Literatura Oral Tradicional - ADLOT, consultável online em www.adlot.letras.ulisboa.pt/community e

concluído em 2013-2014), assim como com as recolhas do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; a recente publicação em livro de recolhas literárias, linguísticas e etno-antropológicas, como é o caso do *Catálogo dos Contos Tradicionais Portugueses* (em dois volumes, com as versões análogas dos países lusófonos, “abrindo a porta à realização de novos estudos sobre a herança cultural do país e a tradição oral portuguesa”) de Isabel Cardigos e Paulo Correia da Universidade do Algarve e a disponibilização da plataforma digital de divulgação da “literatura memorial” (expressão de Diego Catalán), em romanceiro.pt, também da Universidade do Algarve, com a coordenação de Pere Ferré, resultante do projeto “O Arquivo do Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna (1828-2010): sua preservação e difusão”. Trata-se de um arquivo do romanceiro português no contexto ibérico e no âmbito da literatura patrimonial portuguesa, nomeadamente do romanceiro de tradição oral, incluindo versões de romances editados desde o século XIX até aos nossos dias.

1. A origem da “literatura memorial”

Os contos tradicionais que circulam na Europa tiveram a sua origem no continente euro-asiático, ultrapassando as barreiras linguísticas e as características culturais diferenciadoras dos múltiplos povos que as adotam e adaptam. Existem estruturas temático-narrativas estáveis, chamadas contos-tipo, que permitem identificar um tipo de conto, quando se conhece a tradição, apesar das variações que essa narrativa popular possa sofrer (cf. “Conto de tradição oral”, Webgrafia). Como diz o ditado popular, “quem conta um conto, acrescenta um ponto”, isto é exatamente o que acontece na tradição oral que circula nas comunidades rurais iletradas, sem interferência da literatura escrita. Como escreve Rodolfo Castro (2012: 105), “Os narradores rurais adquirem a sua solvência narrativa a partir de uma tradição arraigada nas famílias (...) Num meio no qual habitualmente não se leem livros (...) a transmissão oral é o formato natural da literatura. As pessoas dessas regiões leem sem necessidade de livros (...) a literatura é a própria natureza, com eles incluídos. Leitor, narrador e texto formam uma unidade. Os narradores rurais são espontâneos e muito imaginativos (...) transformam a sua vida carregada de solidão, rodeada de silêncio, molhada de suor e com cheiro a terra, num acontecimento portentoso. A sua relação com o mundo é necessariamente mística”. Na escrita, a circulação de arquétipos reduz muito a diversidade dos contos, por isso é necessária a reconversão do oral ao escrito, preservando o maior número de traços possíveis da oralidade, a riqueza e a diversidade das variantes e variações linguísticas e culturais, resgatando os contos de tradição oral da memória dos anciãos que ainda mantêm vivas essas narrativas tradicionais. Como nos diz Torres (2004: 11), “Muitas vezes, são textos que foram aprendidos na infância ou juventude, que nessa época foram muitas vezes ditos ou cantados. Frequentemente, houve depois um longo período em que os filhos ou netos nem queriam ouvir essas velharias sem interesse e o texto foi sendo esquecido. É, portanto, preciso um trabalho de memória que nem sempre é imediato”. No caso da nossa informante, não precisámos voltar uma semana depois para a reconstituição do texto na sua memória, porque ela já costumava contar as histórias aos outros idosos no centro de dia que frequenta, em S. Martinho, no concelho do Funchal.

No que se refere aos romances, Álvaro Rodrigues de Azevedo, no seu *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, reúne vários “exemplares poéticos (...) todos mais ou menos narrativos, e de assumpto e typo, originariamente, ou por assimilação, medievaes”, pertencentes à classe romance e seus congéneres, que diz terem sido “colhidos na tradição oral dos povos destas ilhas do Porto-Sancto e Madeira”. Explica,

um pouco mais à frente, que “De muitas pessoas do baixo-povo, quasi todas analphabetas, tomámos directamente grande numero de exemplares, tradicionaes em diversos logares destas ilhas” (1880: V-VI). O autor considera que “As condições históricas e geographicas deste Archipelago da Madeira explicam o como a poesia narrativa medieval a elle passou e nelle até agora tem subsistido. (...) profundamente radicou essa poesia nestas ilhas, porque, como em outro escripto mostrámos, o viver e costumes medievaes aqui implantaram, e, já quando no continente decahiam, cá vigoravam e com tal efficacia aclimaram, que, ainda agora, a despeito de tantas innovações, em muito perduram, especialmente na agricultura. (...) E, em tal ambiente, a poesia narrativa da Idade-Média, injeitada do cultismo palaciano europeu, neste archipelago aposentou, vigente e dominadora. Deste modo radicada a poesia narrativa medieval, causas não menos especiaes a mantiveram até agora na tradição oral destas ilhas. (...) a população duplamente insulada do contacto exterior pelo mar e pela adversidade (...) tem conservado a poesia narrativa medieval, confiada à sua tradição.” (1880: VII-XI)

Na Madeira, embora exista uma profunda religiosidade católica, predominam claramente os contos maravilhosos, seguidos dos novelescos, com vários tipos (cf. “Conto de tradição oral”, Webgrafia). Lembramo-nos da nossa avó, por exemplo, para comermos o “milho” e a sopa de bogango ou de couve, quando éramos crianças, nos contar contos de Nossa Senhora, que ia lavar os cueiros ou fraldas do Menino Jesus à ribeira, e deste que ia à fonte buscar água com a sua bilhinha, tal como ela fazia com a roupa e a água no seu dia a dia. De igual forma, contava contos de animais que falavam, como o porco e o galo capão (capado para engorda) que fugiam para a serra, para não serem mortos para a Festa ou Natal, em que se fazia a canja, antes da Missa do Galo, e a carne de vinho-e-alhos para o dia seguinte. Sabemos que estes contos de tradição popular oral, tal como os romances, continuaram a ser transmitidos ou recontados na diáspora madeirense e portuguesa em geral. Joanne Purcell, em 1967-68, fez uma das primeiras recolhas da tradição dos romances junto da comunidade portuguesa da Califórnia, nos Estados Unidos, estudo denominado *Portuguese Traditional Ballads from California*. Em 1969-70, fez recolhas nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores e no Continente português. As várias versões dos romances tradicionais de tema épico castelhano e francês e histórico peninsular e alguns temas dos romances cavalleirescos (“Conde da Alemanha”, “A Infantinha”, “O Cavaleiro Enganado” e o “Conde Alarcos”), recolhidas nos Açores e na Madeira, foram publicadas em 1987. Seguiram-se as recolhas de Fontes, que, a partir de 1970, entrevistou emigrantes portugueses residentes na Califórnia. No ano seguinte, estendeu as suas pesquisas aos emigrantes portugueses de Nova Inglaterra (EUA) e Canadá. Mais recentemente, Mendonça (2007: 310) recolheu a literatura de cariz oral e tradicional transmitida pela primeira geração de madeirenses radicados em New Bedford às gerações seguintes, nomeadamente um conto que, segundo o informante, teria sido baseado num caso verídico. Mais uma vez, as histórias populares de tradição oral ultrapassam fronteiras linguísticas e culturais, sofrendo novas adaptações e recriações de acordo com os diferentes contextos históricos e geográficos. Deste modo, fragmentos da tradição oral são recriados pelos contadores, que memorizam e adaptam a história à sua realidade sociocultural. A ficção cruza-se com elementos da vida real, que passam a fazer parte da narrativa, ganhando mais sentido para ser ouvida e guardada na memória. Assim, os romances e contos orais tradicionais constituem repertórios das sociedades rurais menos escolarizadas, enquanto memórias e vivências de práticas culturais ligadas à experiência de uma comunidade, como património popular e coletivo, que surgiu do hábito do povo ouvir e contar histórias. Estas narrativas foram levadas e mantidas junto dos emigrantes madeirenses,

tal como aconteceu com os açorianos e os cabo-verdianos. Lopes Filho (2003: 154-164), sobre “As estórias tradicionais na cultura cabo-verdiana”, escreve: “A narrativa oral cabo-verdiana (e mais concretamente as estórias) constitui um interessante exemplo da interpenetração cultural ocorrida nas ilhas”, aquando do seu povoamento, tal como aconteceu no Arquipélago da Madeira. O autor explica: “Naturalmente, nem tudo se fixa e perspectiva genuinamente na memória dos homens, pelo que a tradição oral cabo-verdiana resultou da síntese de uma lenta elaboração que envolveu várias gerações de transmissores, que participaram ativamente na sua adaptação à realidade desse contexto sociocultural”. O contador não se limita a adaptar “mas antes a reconstruir, dando a necessária corporização, especificidade e originalidade à narrativa oral que, através de um sistema simbólico, adequou à realidade do seu próprio «mundo»”. Acrescenta ainda que “As estórias fazem, pois, parte de uma vasta tradição oral, cujos fundamentos se encontram enraizados na vida social das comunidades e, por isso, estão intimamente relacionados com as temáticas mais representativas do seu quotidiano, por serem narrativas simples que enquadram uma explicação geral da vida, assim transmitidas ao longo dos tempos”.

Como nos diz Ferré (1982: 11), “o trabalho de recolha caracteriza-se principalmente pela certeza de que nunca se recolherá uma mesma versão, nem sequer quando se trata do mesmo informante”. Em todas as recolhas realizadas até hoje, podemos ver versões de estórias narrativas que incluem fragmentos de romanceiros, como últimos rastos de um género que durante os séculos XV e XVI proliferava nas cortes ibéricas. Segundo o autor, “Todo o texto tradicional assenta na memória na qual é fixado (...) na memória que o conserva, impedindo-o de variar descontroladamente até à sua descaracterização. Por isso, mesmo substituindo o discurso – a variante –, o sentido é preservado através da manutenção de fórmulas com valor semântico equivalente – a invariante do texto tradicional. Pelo exposto se explica como, mesmo para um leigo, o reconhecimento de um tema é feito muito para além do grau de variação do seu discurso” (1991: 440). Ferré (1983: 153) refere Nascimento, que considera a contaminação um dos processos de variação que acelera a formação de variantes. Estas são testemunhos de temas que predominaram em determinadas áreas geográficas, documentando as cenas que permanecem com maior incidência na memória tradicional, ou seja, o grau de preservação dos temas originais no arquipélago e as incorporações ou contaminação com temas madeirenses. Nascimento (*in* Ferré, 1991: 354) defende que a sobrevivência de um romance depende da sua capacidade de adaptação aos novos tempos, ou seja, a variação é o garante da sua própria existência. As versões fragmentárias ou contaminadas explicam-se pelo facto de a memória ser limitada. A contaminação ocorre por fusão de dois temas que quase se sobrepõem, como a “Infantina” e “O Cavaleiro Enganado”. A motivação deste nosso estudo foi contribuir para a recolha, transmissão e fixação desta tradição oral, através de uma versão madeirense do conto maravilhoso popularizado da “Gata Borralheira”, que é um conto de animais que falam, e de dois romances orais tradicionais de carácter novelesco, em prosa, recitados pela nossa informante, tendo em conta o registo dos seus dados socioculturais: idade, profissão, escolaridade e naturalidade, e preservando todas as características da oralidade, na transcrição grafemática, ao reproduzir fielmente o seu discurso narrativo. Sobre a questão da adaptação da língua popular, feita na recolha desta literatura de tradição oral, Álvaro Rodrigues de Azevedo (1880) escreve que se trata de um “processo, não tanto de intuito poetico, quanto histórico, linguístico e etnographico”, mas expurga todas as adulterações populares da poesia tradicional, restaurando os textos, que mostra serem antigos romances popularizados na tradição oral: “O povo apropriou-se por muito bom jus, sem duvida, dessa poesia narrativa

medieval, injetada de senhores; mas nem porisso ella se póde dizer obra de propria origem popular”. (XXI)

Em *Romanceiro oral da tradição portuguesa*, Pinto-Correia (2003: 15-35) escreve que “o conjunto de composições que conhecemos pela designação de «romances» ou, para alguns, de «rimances», que integram o romanceiro português e, mais globalmente, o romanceiro pan-hispânico, apresenta-se-nos como um amplo *corpus* por sua vez situado na literatura tradicional”. O autor explica a origem do termo «romance» (2003: 19-20): “O lexema «romance» como designação de composição textual e discursiva apresenta-se em português (e, embora menos, também no castelhano) como entidade linguística polissémica. (...) No sentido linguístico, «romance» equivaleria a dizer: «falar, exprimir-se à maneira romance», isto é, como a nova modalidade linguística derivada do latim que constituiu o estágio necessariamente transitório para cada uma das novas línguas românicas. No sentido literário, «romance» será a longa, complexa e trabalhada história ou intriga narrada numa língua românica ou outra, de forma muito diferente da em que as histórias latinas nos eram transmitidas, e ainda no sentido agora pertinente para nós, história contada em língua oral (não escrita) bem compreensível por todos (letrados e não-letrados)”. Sobre a origem dos romances tradicionais, Pinto-Correia cita Giacometti, que reconhece que os romances se encontram ligados ao lazer e sobretudo ao trabalho, sublinhando a memória popular rural dos romances tradicionais, conservados pelo povo: “A sua interferência em ritos de trabalho (as cantigas das segadas e, também, das malhas, da apanha das ervas, da fiação e tecelagem do linho, etc.), em datas consagradas no calendário cristão (Janeiras, Reis, Quaresma) ou, ainda, em horas devocionais do dia e da noite, assegura-lhe um lugar de predileção na memória (e no gosto popular).” (Giacometti, 1981: 9 in Pinto-Correia, 2003: 32). Sendo transformados pelo próprio processo dinâmico da transmissão oral, refere que sofreram a ação do tempo submetendo-se ao que R. Jakobson e P. Bogatyrev (1973, 59-72) chamam «censura», com “supressões e aditamentos, sínteses e amplificações”, operações que diz exercitarem “as várias possibilidades da «elasticidade», que é uma das características de qualquer tipo de discurso humano (podendo resolver-se por expansão ou condensação)” (2003: 16-17). Apresenta ainda os conceitos de «tradicionalidade» e de «produtransmissão» (Pinto-Correia, 1984: 19-20): “Nas versões dos romances, torna-se bem patente a ação transformadora exercida na expressão e no conteúdo pela transmissão ao longo do tempo, por parte de todos quantos contribuíram para a sua sobrevivência” (2003: 17). Pinto-Correia defende que esta literatura se distingue das composições literárias ditas cultas porque tem características comuns aos “textos da «literatura popular oral tradicional» (BA, Pinto-Correia, 1993: 63-69), isto é, aos contos populares, às lendas, às adivinhas, às cantigas de embalar e a outros tantos representantes dos géneros da poética da oralidade tradicional” (Pinto-Correia, 2003: 17). É esta semelhança que explica o facto de estes romances em verso com rima (talvez por isso chamados primitivamente «rimances»), na atualidade, terem passado à forma de conto em prosa, embora guardando alguns vestígios da primitiva versificação. Marques (2010: 24-25) diz-nos que, nos romances, “os versos, idealmente, têm a mesma rima do início até ao fim do texto, embora por vezes as versões orais apresentem irregularidades na rima, produto da própria transmissão oral”. Para o autor, “a característica fundamental dos textos orais (...) é viverem na oralidade em versões diferentes, facto que claramente os distingue dos textos da literatura escrita”. Segundo Ferré (1991: 397), o romanceiro, como género tradicional, vive através de variantes e “a sua incessante variação constitui a sua mais genuína essência”. O cantor de romances propaga-os a partir de uma matriz herdada, sendo, contudo, a sua criatividade “sempre subordinada à mensagem que herda”, distinguindo-se das literaturas populares

repentistas. Neste sentido, Ferré defende que, no que diz respeito à literatura tradicional, a memória e a variação, isto é, a dimensão criativa do romancero, são as duas faces da mesma moeda.

No prefácio de Pinto-Correia às *Recolhas Xarabanda I Romances Tradicionais e Cantigas Narrativas*, podemos ler: “a quantidade e a qualidade das versões dos que ainda continuam vivos na voz do Povo são suficiente demonstração de que os romances integram de modo persistente o património cultural da comunidade madeirense” (1995: i). Ferré (1982: 11-23), em *Romances tradicionais* da Madeira, escreve que este património tradicional oral “mais cedo ou mais tarde morrerá pela evidente afuncionalidade deste tipo de literatura no século em que vivemos. (...) Muitos dos informantes que gentilmente contribuíram para esta obra não encontraram entre os seus familiares continuadores. Fechar-se-á com eles um ciclo iniciado durante o povoamento do arquipélago”. O autor conclui que, “como se pode comprovar pelos textos apresentados, a “Donzela guerreira” e a “Infantina”, juntamente com o “Cavaleiro enganado” e a “Irmã cativa”, são os romances mais conhecidos da tradição oral madeirense”. Matos (2001: 19-20), no seu estudo da literatura oral tradicional madeirense, apresenta a distinção, proposta por Pinto-Correia, entre «Literatura Popular» e «Literatura Tradicional». É esta última, “de autor anónimo e origem remota, aceite e transmitida oralmente ou por escrito ao longo dos séculos, de que são exemplos os Romances Tradicionais”. Quanto ao texto, estrutura e componente discursiva desta literatura, a autora explicita: “Reconhecer um romance no âmbito do vasto património linguístico-cultural não é, de todo, difícil: qualquer romance é uma estrutura narrativo-poética, com forte carga dramática, intercalada por inúmeros atos ilocutórios de tipologia variada que conferem movimento à ação; a descrição é praticamente inexistente, pelo que expressões adjectivais e adverbiais são muito pouco frequentes. A coesão e a coerência discursivas estabelecem-se, curiosamente, a partir de fortes elipses e de mudanças radicais de interlocutores nas múltiplas situações conversacionais ou monologais. O romance é, normalmente, representado em versos largos, consonânticos e bipartidos em dois hemistíquios (...) De todas as características do romance, aquela que mais a destaca das restantes manifestações populares é, sem dúvida, a sua capacidade de mobilidade semântica e linguística. (...) um romance é um organismo vivo, que sobrevive virtualmente a partir das múltiplas versões e estas a partir das pequenas variantes. Será quase impossível conseguir absorver, num único conjunto, todas as variações de um mesmo romance, espalhadas pelas várias regiões do país e distribuídas pelos cinco continentes, pela tradição linguística dos nossos emigrantes. (...) as temáticas mais frequentes dos romances são as que estão ligadas a assuntos novelescos, a situações histórico-lendárias e a motivos religiosos, através das quais se espelham alguns importantes mecanismos de resolução dos principais problemas sócio-afetivos do Homem. (2004: 17-18).

No *Novo Romancero do Arquipélago da Madeira*, Ferré e Boto (2008: 16) informam-nos que encontramos alguns versos do romancero tradicional português mesclado com o modelo narrativo tradicional madeirense do romance, enquanto repertório tradicional da Madeira, respeitando os protótipos de contaminação típicos da zona, “Isto é: determinados romances vivem, nesta região, aglomerados com outros temas, formando com estes um todo narrativo”. Algumas versões estão nitidamente incompletas: são romances claramente fragmentários, o que é natural nas recitações de transmissão oral. Trata-se sobretudo de romances profanos que permitem observar alguns traços do Português antigo, constituindo material de estudo dialetológico, com características fonéticas da oralidade, importantes do ponto de vista da métrica poética. Contudo, não utilizámos a transcrição fonética para transcrever as recitações das

estórias, como seria aconselhado para o estudo dialetal, pois seria incompreensível para a maior parte dos leitores. Torres (2004: 11) informa que alguns “autores optaram por respeitar ao máximo o original, mas «padronizando» a linguagem, colocando-a de acordo com a norma da língua. Tornam-se os textos muito claros, mas sabemos que ninguém os diria de facto assim”. Ferré, no seu *Romanceiro*, utiliza a linguagem padrão, mas conserva formas de dizer ou termos próprios do falar da região, inserindo pontuação nas frases, opção seguida pela generalidade dos autores. Todavia, no seu artigo «O romanceiro tradicional: uma coleção de romances da ilha da Madeira» (1983a), opta por uma transcrição sem qualquer tipo de pontuação, o que tem a vantagem de não condicionar a leitura, mas, para a generalidade dos leitores, pode tornar mais difícil a sua compreensão. Por isso, tal como na edição das recolhas de «romances» do Xarabanda, a nossa opção foi incluir a pontuação e transcrever o texto de forma a dar conta das características do Português falado na Madeira. Não reproduzimos as pausas da oralidade, privilegiando a inteligibilidade do discurso. Também Ferré e Boto (2008: 19) mencionam que os textos recolhidos foram transcritos apresentando “uma pontuação gramatical tradicional e não uma reprodução das pausas que ocorrem na prosódia oral; entendemos que, a partir do momento em que o texto é transmitido, e posteriormente fixado, passa a pertencer a outro domínio e que as múltiplas tentativas de o aproximar pela letra ao plano da oralidade – em que vive, é certo – produzem, nalguns casos, onde se inclui a pontuação, uma complexificação do enunciado desnecessária e infrutífera, motivo pelo qual assumidamente não reproduzimos as pausas da oralidade, a não ser nos múltiplos casos em que a cadência poética coincide com as pausas sintáticas”. Usámos os mesmos critérios na transcrição do conto de tradição oral.

2. Conto de tradição oral

Paulo Correia, na entrada “Conto de tradição oral”, informa que o “Arquipélago da Madeira conta até agora com 90 contos-tipo, parcela deveras pequena se a compararmos ao universo dos contos portugueses que possui 1013 contos-tipo”. Segundo o autor, a partir das recolhas existentes de contos tradicionais madeirenses, predominam os contos maravilhosos. No entanto, afirma que ainda existe pouca informação disponível. Constata que os contos complexos (maravilhosos e novelescos) são os preferidos na hora de contar uma estória, sendo que a tradição oral na Madeira ainda se encontra viva, sobretudo nas regiões rurais, que “são mais conservadoras por natureza, e portanto mais propícias à existência de uma tradição oral ainda pujante”. O autor acrescenta que “as zonas mais inacessíveis como regiões de montanha e ilhas são aquelas onde mais facilmente se preservam as tradições culturais das suas populações, devido, em parte, à fraca circulação de pessoas e ideias novas que levam consequentemente a um baixo nível de aculturação. Paulo Correia afirma que a “desagregação” rural da sociedade secular, “acelerada a partir dos anos 60 do séc. XX” (cf. Branco, 1983), trouxe como consequência para o conto tradicional o seu rápido declínio”, quer por falta de funcionalidade quer pela concorrência do livro e outros meios de comunicação de massas que utilizam outras lógicas na circulação de narrativas. Porém, conclui que “As tradições não morrem. Elas são uma necessidade vital das comunidades humanas e apenas mudam de rosto de acordo com as características de cada época e lugar”. O autor dá como exemplos de contos: “Histórias de Bisbis (III)” (Funchal, Ernesto Gonçalves, 1969); “A Esperteza de um Rato” (Machico, A. Vieira de Freitas, 1996); “Ui Lhadrõ e ui Fios” (Calheta, Soromenho, 1986) e “A Maria da Vaquinha”, versão madeirense da “Gata Borracheira”, recolhida da informante Adélia Jardim, natural do Paul do Mar, com 60 anos, 4.^a classe, no Paul do

Mar a 10-04-02, por Maria do Céu Ponte (cf. “Conto oral tradicional”, Webgrafia), que vamos comparar com outra versão, aqui transcrita, da mesma estória, com o mesmo nome, contada pela nossa informante, natural da Ponta Delgada (S. Vicente), com 97 anos, 2ª classe, recolhida em S. Martinho (concelho do Funchal) a 15-10-15, pela autora deste artigo.

*Havia um viúvo, morreu-lhe a mulher ficou viúvo, e perto da casa dele tava uma mulher que queria se casar e depois a Maria da Vaquinha que era filha do viúvo disse a Maria aquilo é teu pai que queria casar co pai e ela dava pão com mel à pequena, engodavana-na pa ela falar co pai. E ele dizia diz à vizinha que o pai não quer se casar o pai disse que não quer se casar. Diz a teu pai que a vizinha quer se casar com teu pai. Ela deu pão com mel à pequena. **Pai case ca vizinha, que a vizinha é minha amiga que ela dá-me pão com mel. Filha ela dá-te pão com mel agora, mas se o pai casar com ela ela dá-te é pão com fel.** Tornare a falar diz a teu pai, pai, olha diz à vizinha que o pai casa com ela quando o porco dela cagar sebo. Ora, ela o que faz, pega num cabo de sebo mete pelo rabo do porco dentro, o porco andava à roda do chiqueiro, à roda do chiqueiro com aquela vontade pa cagar e ela foi chamar a pequena. Pai, o porco da vizinha vai cagar sebo. Anda ver pa tu dizeres a teu pai. O porco andava de roda pa cagar e cagou o sebo.*

*“Pai, case ca vizinha que o porco dela cagou sebo, eu vi”. **E ele disse “ora, o que vou fazer. Palavra de rei não volta atrás, tenho de casar com ela”.** Depois, casou com ela, mas ela não gostava da pequena. A mãe da pequena tinha deixado uma vaquinha no pasto em nome dela, da pequena, mas **a vaquinha tinha uma varinha de condão, tudo o que a pequena precisava a vaquinha dava.** E a madrastra de invejosa, fez pior, e disse ao marido “eu tou pa ter um filho, eu desejo um pedacinho da vaca de Maria”. E o marido disse: “Ah mulher, eu tenho tanta vaca no pasto, que a carne da vaca é igual”, “mas é daquela que eu quero”, “**Aquela é de Maria, é de Maria**”, “Queres perder um filho?”. E ele viu-se obrigado a matar a vaca. Olhe sempre mataram a vaca e ela disse a Maria “vamos matar a vaca” e ela chegou ao pé da vaca a chorar e ela perguntou “o que é que tens pa tares a chorar” e ela “ora o que é que tenho, a minha madrastra diz que vai te matar. Tá pa ter um filho e quer comer um bocado de carne tua”. “**Não te importes que ela me mate, agora pede-lhe que ela te deixe lavar o debulho e quando fores lavar, ao começar a lavar o debulho, a primeira tripa que tu cortes vai sair uma laranjinha, não te importes com o debulho, vai sempre atrás da laranjinha**”. Ela disse “**pode matar a vaquinha, mas eu quero lavar o debulho**”, “Mesmo quem é que vai lavar, vai ser eu que vou pa ribeira, mesmo é tu que vais lavarj. **Mas ela cá já sabia. Pronto, foi cortar a tripa sai a laranjinha e a vaquinha disse: “Olha, não te importes com o debulho, vai sempre atrás da laranjinha, onde a laranjinha parar pega na laranjinha e mete na algibeira e tudo o que tu quiseses, tudo o que tu precisares na tua vida pede à laranjinha que tu tens. Pega na laranjinha mete na aljibeira e vai até à casa das fadas (tosse) tu chegas lá fazes comer, pões na mesa e varres a casa e fazes as camas e varres os terreiros, faz toda a limpeza que tu puderes.**”. Ora assim foi, fez comer, pôs na mesa, pôs os pratos na mesa, varreu os terreiros, vareu os caminhos, pôs aquilo tudo limpinho, tudo fresquinho. As fadas chegaram, eram três fadas, as fadas chegaram e viram aquilo tudo limpo tudo fresco, comerinho feito, pratos em cima da mesa, tudo pronto, tudo feito, olharam umas pas outras: “O que fazemos a quem fez o comerzinho à gente. Ora que seja bonita como o sol. Irmã, o que fazemos a quem fez as camas e o comerinho, que seja bonita cuma o sol. Estrela de ouro nasça na testa e quando for a falar **aljofres** d’ouro saia pela boca fora.”.*

Ora bonita como o sol, estrela de ouro na testa e quando for falar era ouro a sair pela boca fora. E depois chegou a casa toda linda, toda linda. E ela chegou a casa e a madrasta tinha uma filha. E a laranjinha disse: “Quando chegares a casa, ela vai perguntar o que é que fizeste para ficares assim tão bonita. Diz-lhe que foste à casa das fadas partiste-lhes a loiça, jogaste a panela, o cisco meteste dentro de casa, fizeste tudo o que pudeste”. E ela disse à filha: “Ah, tu vais ir à casa das fadas e fazes pior do que ela, para vires ainda mais bonita do que ela”. E ela foi, arranjou cisco, deitou-lhe dentro de casa, quebrou-lhe a loiça, quebrou-lhe a panela, desarranjou-lhe a roupa da cama, fez todas as endiabruras e veio-se embora.

E chega as fadas viro aquela perca toda dentro de casa e disseram: “Oh irmã, o que fazemos a quem fez esta perca à gente, que rasgou a roupa da cama? Que seja feia como a noite dos trovões. Veio a outra irmã: “O que vamos fazer a quem rasgou a roupa da cama e meteu este cisco dentro de casa? Que lhe saia um mangalho de burro na testa e quando for a falar caganitas de burro lhe saiam pela boca fora.” (risos). Ora, ela chegou a casa feia como uma noite de trovões, com mangalho de burro na testa (caganitas penduradas numa guita a cair da testa), ia falar era caganitas de burro pela boca fora.

Mas a Maria da vaquinha tinha uma cachorrinha que falava. Ia à missa, tinha um cavalo, mas nunca ia antes da madrasta ir. A madrasta ia e ela ia a cavalo, depois dela caminhar é que ela ia. Ela dizia: minha varinha de condão, pelo condão que Deus te deu, veste-me de azul e cor de rosa e põe-me duma maneira que ninguém me conheça. Chegava à missa de cavalo e muito bonita. Quando a madrasta chegou a casa, disse: “Ah Maria, se viesses a menina bonita que hoje foi à missa. Ninguém assistiu à missa a olhar para ela. Ah Maria, veste-te e vamos à missa pa tu veres a menina.”. Mas era ela. Ela disse: “Eu não vou pa missa.”. E era ela. “Ah Maria, vamos”. Depois, quando ela vinha a cavalo e perdeu um sapatinho e vinha o filho do rei atrás dela pa pedi-la em casamento, mas nunca apanhava o cavalo. Co aquela velocidade que o cavalo vinha perdeu o sapatinho, mas ela não se importou e seguiu sempre.

O filho do rei ficou com o sapatinho. E ele diz: “Vou-me casar com o dono deste sapatinho.”. Andava de porta em porta a perguntar se tinha uma filha que tivesse perdido aquele sapatinho. Lá vinha a senhora tem uma filha que perdesse este sapatinho. Não senhora. Quer dizer, as pessoas de consciência já lhe diziam que não e o mangalho de burro: “Mãe...”

Ele também bate lá e disse: “A senhora tem uma filha que perdesse...”. “Olhe, tenho sim senhor. Tenho ali uma filha”. “Então, vá buscá-la que eu prometi casar com o dono deste sapatinho. E o sapatinho é dela, ela perdeu?” Mas era o mangalho de burro, quando foi buscá-la, a filha apresentou-se a ele, meu Deus e meu senhor, e ele tinha dito no palácio que queria casar com o dono do sapatinho. Senhor, veio aquele mangalho de burro. “Tenho sim senhor, tenho uma filha!”. “Traga-a que eu prometi casar com ela.”. Quando veio aquele mangalho de burro, feia como a noite dos trovões, era falar be be be be, era caganitas de burro. Ele pensou: “Ora, o que vou fazer, palavra de rei não volta atrás. Vou casar com ela.”. Vai montar a cavalo e a cachorrinha veio dizer olha que o mangalho de burro quer casar com o rei. E a cachorrinha que a Maria tinha, foi pa beira do muro e

“Au Au, mangalho de burro vai na mula, estrela de ouro fica na cola”.

Na mula que era o cavalo e na cula era a casa. E o rei ouviu: “O quê, o que é que o cachorrinho tá a dizer? E o mangalho de burro: “Nunca viu um cão uivar?!”. E o rei: “Não, ela não tá a uivar, ela tá é falando.”. Vieram do cavalo pra baixo, pra trás. A

senhora tem outra filha. Não tenho senhor. Tira a pistola, em perigo de morte a senhora tem de me apresentar a outra filha. É verdade que eu tenho ali outra filha. Eu tenho ali outra filha, mas ela não tem nada que vista, tá nuzinha, por isso nem sequer apresentei ao senhor. Ele tira a gabardine: “Pegue lá esta gabardine e ela que se embrulhe na gabardine e traga ela aqui pa eu ver”. Então, ela foi assim: “Maria, tá ali um senhor que quer falar contigo, pa casar contigo, mas eu disse que tu não tinhas nada que saísse, tá aqui esta gabardine pa tu te embrulhares.”. E ela disse: “Leva essa gabardina que eu não preciso dela, que tenho mais fatos que o rei e a rainha.”. Ora, tinha a varinha de condão, dava-lhe tudo. “Leva essa gabardina que eu não preciso dela, tenho mais fatos que o rei e a rainha.”. Bem, ela se arranjou-se e disse: “Minha varinha de condão, pelo condão que Deus te deu, veste-me de azul e cor de rosa, e põe-me mais bonita que ninguém.

Ara, o rei tava à espera que aquela menina viesse. Quande ela chega, tava bonita, linda, co sapatinho e o outro pezinho descalço (riso). Ele ficou contente: “Menina, venha vestir o seu sapatinho. Aqui tá o sapatinho que encontrei-o.”. Bem, calçou o sapatinho, a menina ficou linda com o sapatinho, bonita já era. Pois, ela montou a cavalo e vinho ambos e adepois a rainha era assim, a rainha da Maria da vaquinha, já disse a cachorrinha (...). Ah, ela trouxe a cachorrinha co ela, trouxe, a cachorrinha é que salvou-a. A que disse que ela tinha em casa e o mangalho de burro ficou em casa (risos). E é assim. Acabou a história e ela foi pao palácio.

Uma das principais semelhanças entre as duas versões do mesmo conto é o seu nome, “A Maria da vaquinha”. Uma “vaquinha”, assim dita com a forma diminutiva na linguagem popular, era a maior riqueza de um lavrador madeirense (além da terra para a agricultura de subsistência), porque podia vender o leite para a “máquina” (para fazer manteiga) e receber algum “dinheirinho” para comprar bens como petróleo para as lanternas e açúcar para os doces das festas religiosas. Eram poucos os agricultores que conseguiam ter dinheiro para ter uma “vaquinha” e, geralmente, só conseguiam ter uma porque custava quase “cem contos”, o que era muito dinheiro. A versão da nossa informante retrata bem a realidade e a linguagem do quotidiano madeirense, como fazer o *comerzinho*, forma caracteristicamente popular de *comer*, ou seja, forma diminutiva usada pelo povo (classe social mais pobre e menos escolarizada da população); varrer os terreiros; limpar o cisco (mato ou lixo); ir à missa como evento social (para ser vista pelo príncipe) em vez do baile no palácio real. A contadora recita muitos diálogos ou discursos diretos, dando vivacidade à estória, e fornece pormenores descritivos que favorecem o imaginário visual, sendo uma estória mais completa do que a versão documentada em “Conto de tradição oral” (cf. Webgrafia), apresentando comentários da narradora que enriquecem a estória, nomeadamente no contraste entre a Maria e a filha da madrasta, quando são fadadas pelas três fadas: a Maria bonita como o sol, estrela de ouro na testa e *aljofres* de ouro a sair pela boca e a outra feia como uma noite de trovões, *mangalho de burro* na testa e caganitas de burro a sair pela boca.

Na versão da nossa informante, salientamos o facto de ela colocar na boca do viúvo, pai da Maria, as seguintes palavras: “Ora, o que vou fazer. Palavra de rei não volta atrás, tenho de casar com ela”, que é o que o príncipe também diz no fim da estória, antes de ver a Gata Borracheira, mas o pai da Maria não era rei, o que mostra que se trata de uma expressão usual nas estórias, para homens de palavra. Nos *Contos populares das ilhas da Madeira e do Porto Santo*, também encontramos, em Machico, “Palavra de rei não volta atrás” (2011: 76-77), na estória “A varinha de condão”, que é outra versão madeirense da “Gata Borracheira” (2011: 93-95) e, em S. Vicente, no “Conto da rainha”, em que o príncipe escolhe casar com a mais nova das três meninas

que estavam à janela, que diz que, se casasse com o príncipe, o primeiro filho que dele tivesse nasceria com uma estrela de ouro na testa (2011: 133-135). Isto mostra como a primeira expressão é usual nestes contos narrativos, como a estória da “Gata Borralheira”, com as suas variações ou diferentes versões, é popular e comum a vários concelhos da ilha da Madeira e como o sinal da estrela de ouro na testa surge em várias estórias madeirenses de tradição oral. Em “Conto de tradição oral”, um dos tipos de contos com mais versões recolhidas na ilha da Madeira é “Os meninos com estrelinha na testa”, embora não diga “estrelinha de ouro”, o sinal, a sua representação e significado, no imaginário visual popular, será o mesmo, abençoado por Deus.

Outra semelhança da narrativa é o sebo no rabo do porco, como artimanha para se casar com o viúvo, que tinha muitas vacas na serra, o que significa que era muito rico. Depois de casada, a madrasta dá muito trabalho à Maria. Enquanto cuidava das vacas, tinha que fazer o trabalho do linho que a madrasta lhe impunha por dia, o que ela consegue com a ajuda da “vaquinha”, levando a madrasta a desconfiar. Esta, no segundo dia, dá-lhe o dobro do trabalho que ela consegue acabar, por isso, no terceiro dia, a madrasta decide segui-la, descobrindo que a “vaquinha” ajuda a enteada. Na versão da nossa informante, perdeu-se a referência ao trabalho do linho e ao facto de a madrasta a ter seguido e visto a “vaquinha” ajudá-la, o que ocorre na versão atestada em “Conto de tradição oral” (cf. Webgrafia). Nas duas versões, a madrasta finge-se doente por causa da gravidez, para o pai da Maria mandar matar a “vaquinha”, de modo a não perder o filho. A “vaquinha” diz à Maria para não chorar porque lhe deixará uma varinha de condão e, para isso, tem de ser ela a consertar as tripas, ao que, na versão da nossa informante, quando a Maria diz isto à madrasta, ela responde: “Mesmo quem é que vai lavar, vai ser eu que vou para a ribeira, mesmo é tu que vais lavar”, reprodução da fala popular com ausência de concordância verbal, dando mais vivacidade e veracidade à narrativa.

Do mesmo modo, nas duas versões, a Maria é fadada com uma estrela de ouro na testa, embora, na versão documentada em “Conto de tradição oral” (cf. Webgrafia), ocorra a designação “ouro lázaro”, que não encontramos na versão por nós recolhida. Ainda no que diz respeito ao fadar das três fadas, na versão do Paul do Mar, a segunda fada diz que “[...] de ouro lhe saíam pela boca”, com um termo que não foi reconhecido. Na recitação da Ponta Delgada, registámos, inicialmente, a forma que não foi identificada pelo transcritor da versão anterior como *alchofres*, mas, depois de uma pesquisa lexicográfica, concluímos que seria a palavra *alfobre* “viveiro, canteiro criadouro” ou *aljofre* / *aljôfar*, de *aljofrar* ou *aljofarar*, respetivamente “pérolas miúdas, orvalho, lágrimas” e “salpicar com pequenas gotas ou orvalhar; ornar com aljofre ou pérolas miúdas”. Optámos pela última hipótese, *aljofres*, vocábulo que seria usado em linguagem poética, como imagem das gotas de ouro a saírem da boca da Cinderela. Outra expressão desconhecida na narração da nossa informante era *mangalho de burro*, que tivemos a oportunidade de lhe perguntar o significado e ela explicou que eram “caganitas de burro, penduradas numa gaita, a cair da testa”. Quando fomos procurar o significado de *mangalho* e de *mangalho de burro* nos dicionários da Língua Portuguesa, apercebemo-nos de que era um vulgarismo ou um termo calão para designar um “pénis grande”, não apresentando o registo da aceção indicada pela nossa informante.

É muito interessante constatar o enorme contraste entre a estrela de ouro na testa e os *aljofres* de ouro a sair da boca da Cinderela, quando falava, com o feio e grotesco *mangalho de burro* na testa da filha da madrasta, que deitava caganitas de burro pela boca. Além do contraste das imagens utilizadas nesta versão da estória, temos também o contraste entre a linguagem poética e a linguagem calão ou vulgar. Esta parte parece ter-se perdido na memória da contadora da versão do Paul do Mar, deixando a estória mais

pobre. O simples ato de recontar ou recitar a estória oralmente favorece a existência de variantes e elipses, originando diferentes versões da narrativa. Por isso, existem algumas diferenças entre as duas versões da estória: a vizinha leva a Maria a passear, dando-lhe comida e penteando-a para que ela, em troca, pedisse ao pai para casar com ela, enquanto, na nossa versão, ela dá pão com mel à Maria; de dentro da tripa sai uma varinha de condão, conseguindo apanhar a tripa ao pé de uma casa muito desarrumada, enquanto na versão da nossa informante o que sai da tripa da “vaquinha” é uma “laranjinha” com a função de varinha de condão, talvez pela sua cor dourada ou de ouro; a terceira fada fada que a Maria tenha tudo de bom que há no mundo, enquanto, na nossa versão, a primeira fada fada que a Maria seja bonita como o sol, a segunda que estrela de ouro lhe nasça na testa e a terceira que, quando falar, lhe saiam *aljofres* de ouro da boca; a Maria decide pregar uma partida à madrasta e dizer o contrário do que tinha feito na casa das fadas, enquanto na versão da nossa informante é a “laranjinha” que diz à Maria para, quando chegar a casa, dizer à madrasta o contrário do que tinha feito. Na versão do Paul do Mar, constante na entrada “Conto de tradição oral” (cf. Webgrafia), que pertence ao CTPP (editado em ADLOT e utilizado por Paulo Correia), e na nossa da Ponta Delgada, é a “vaquinha”, de cujas tripas sai a “laranjinha” ou a varinha de condão, que faz com que ela vá à missa tão bem vestida. Nas duas versões da estória, a madrasta leva a filha toda bem vestida à missa e deixa a enteada em casa, que, com a varinha de condão, se veste como uma princesa e também vai à missa sem ser reconhecida. O príncipe vê-a e encanta-se por ela, ficando com o sapatinho que ela perde pelo caminho no regresso a casa. Na versão do Paul do Mar, as duas experimentam o sapatinho e é encontrada a dona, a Maria, e a estória termina. Na versão da Ponta Delgada, a Maria tinha uma “cachorrinha” que falava e, depois da madrasta apresentar a filha ao príncipe, que se vê obrigado a casar com ela porque “palavra de rei não volta atrás”, e ele tinha dito no palácio que ia casar com a dona do sapatinho, a “cachorrinha” vai para a beira de um muro e diz que a “estrela de ouro fica na cola”, o que o faz voltar para trás.

Quanto à Língua Portuguesa, utilizada na narração da estória, a versão da nossa informante parece ser mais antiga, talvez pelo facto de ela ser natural do Norte da ilha, de uma localidade mais isolada que tende a ser mais conservadora, ou porque a contadora de estórias a enriqueceu com mais pormenores e referências visuais do quotidiano, como a “laranjinha” que sai da tripa da “vaquinha”. Trata-se de um imaginário visual muito mais rico. Assim como a rima, com o dito popular da cachorrinha, “*Au Au, mangalho de burro vai na mula / estrela de ouro fica na cola*”, que a informante diz ser a “casa”, para rimar com “mula”, o cavalo. O mais próximo de *cula* ou *cola* que encontramos, no dicionário de Língua Portuguesa, para explicar o significado da palavra, foi o elemento de composição que exprime a noção de habitante –*cola*, do latim *colo,-ere*, “cultivar”, mas também “cuidar, habitar, morar”. Será provavelmente um nome muito antigo, conservado na linguagem popular através da rima em verso da literatura de tradição oral. Na nossa versão, além da rima “vai na mula” / “fica na cola”, encontramos “pão com mel” / “pão com fel”. No caso da versão do Paul do Mar, apenas podemos assinalar um vestígio da rima em verso, na intervenção das fadas: “fademos todas três / pelo bem que tanto nos fez” (repetido três vezes). Verificamos que, na prosificação da narrativa, a conservação da rima de antigos versos ocorre no discurso direto, ou seja, sobretudo nos diálogos, o que mostra que o conto primitivamente seria contado em verso com rima, favorecendo a memória e a sua transmissão por várias gerações.

Só encontramos a variante da “cachorrinha” da Maria que fala, alertando o príncipe para o facto de levar a filha errada, na nossa versão, correspondendo às

“pombinhas” amigas da “Gata Borralheira”, na versão dos irmãos Grimm, em que o criado leva a filha da madrasta até ao príncipe e pelo caminho, em direção ao castelo, passam pela árvore da Cinderela e as “pombinhas” denunciam a impostora dizendo: “Olhe para trás, olhe para trás / Há sangue no sapato / O sapato é pequeno demais / a sua noiva o espera muito atrás”, onde encontramos a rima primitiva do conto. Durante a festa de casamento, no palácio, quando as duas irmãs aparecem tentando fazer as pazes para se aproveitarem da fortuna da princesa, as pombinhas justiceiras entram em ação, desta vez para furar os olhos das duas, que passam a viver cegas e mendigas para o resto das suas vidas. Aqui, vemos a merecida recompensa da bondade e da pureza da Cinderela, face à maldade da madrasta e das suas filhas. Como escreve Diego Catalán (1984: 21), a propósito do romance de tradição oral, que também se pode aplicar ao conto popular: “El romancero tradicional (...) no recoge el ideario de las classes dominantes (como apriorísticamente sostienen los portavoces del progresismo oficial). La apertura, la adaptación al medio en que se reproducen, permite la adecuación de las narraciones romancísticas a la ideología del pueblo cantor que los transmite y recrea. Y esta ideología (aunque no carezca de contradicciones) incluye siempre, de una o otra forma, aspiraciones a una reorganización más justa de la realidad social y a una profunda revisión del sistema de valores en que se sustenta el orden, injusto, establecido”. Na versão do conto recolhida por nós, no final da estória, quando o príncipe diz: “Eu prometi casar com o dono deste sapatinho”, a narradora explica e repete a fala do príncipe: “Traga-a, que eu prometi casar com ela”, fazendo uma pequena analepse que torna a estória mais intensa, criando suspense: “Ora, o que vou fazer. Palavra de rei não volta atrás”. Depois de reposta a verdade, o príncipe exige ver a outra filha e dá a sua *gabardine* para a menina se embrulhar. A palavra *gabardine* é claramente uma adaptação moderna da antiga *capa* do príncipe. Quando a Maria recusa a *gabardine* e diz que tem “mais fatos que o rei e a rainha”, a narradora repete o que ela disse à madrasta, dando ênfase à estória, e explica que ela tinha a varinha de condão, que era a “laranjinha”. No final da recitação, percebe-se que a contadora teve um lapso de memória, que assinalámos com (...). A estória termina com a ida da Maria para o palácio, juntamente com o príncipe, levando a “cachorrinha” que a ajudou.

A versão recolhida por Álvaro Rodrigues de Azevedo, com o nome de “Gata Borralheira” (1880: 364-391), é toda narrada em verso com rima (o que poderá indicar a sua forma original de transmissão oral ou talvez o verso tenha sido introduzido por Azevedo) e aproxima-se muito das atuais versões madeirenses da estória. Havia a filha do viúvo que se chamava Maria e a vizinha, que se queria casar com o viúvo, também tinha uma filha da mesma idade chamada Maria. Nesta versão da estória, “l’arteira da viúva / mel novo e pão meado” dava à Maria para convencer o pai a casar com ela. O pai diz-lhe: “se t’offerta **pão e mel** / só **pão e fel** te daria”, mas a filha volta a pedir e o pai responde: “quando porcos ponham ovos / só então me casaria”. Quando a vizinha sabe disto, coloca de madrugada sete ovos num canto do chiqueiro do vizinho e ele vê-se obrigado a casar com ela. Tal como nas outras duas versões, depois de casada, a madrasta põe a enteada na serra a pastar o gado (e a tecer o linho). A Maria tinha uma “vaquinha” que o pai lhe tinha comprado, que era amiga dela e sabia falar. A “vaquinha” ajuda a Maria a fazer o trabalho do linho sarilhado. A madrasta não gostou e no outro dia deu-lhe mais linho para sarilhar na serra e seguiu-a para ver como ela conseguia fazer todo aquele trabalho. A “vaquinha” voltou a fazer tudo e a madrasta, que tinha seguido a Maria, convence o marido a matar a “vaquinha”, fingindo estar a morrer e que apenas caldos de “vaquinha” nova a curaria. O pai vê-se obrigado a matá-la e diz à filha. Esta avisa a “vaquinha” que lhe diz para lavar as suas tripas na ribeira (como se fazia antigamente) e destas há de sair uma “vara d’ouro luzidia” e ela deve

seguí-la “na água corredia”, onde ela parasse seria “finda la romaria”, explicando que é uma vara de condão e que tudo ela lhe faria.

Encontramos algumas variantes na estória, quando a Maria chega à casa das três fadas, arruma tudo e elas fadam-na: a primeira como a mais formosa das mulheres, a segunda como a mais discreta de todas as mulheres e a terceira como rainha “mulher d’um infante / que será rei algum dia”. A Maria diz o contrário do que tinha feito na casa das fadas e que elas fadaram que se casaria com um infante. A madrasta, a partir desse momento, fê-la Gata Borralheira, “a trabalhar noite e dia / na fornalha e no forno”, para que ninguém a visse. Como nas versões recolhidas mais recentemente, manda a filha à casa das fadas para fazer ainda pior do que a Maria tinha feito e ser fadada. As fadas, quando viram a casa toda suja e tudo partido e desarrumado, amaldiçoaram-na: a primeira disse que fosse mais feia do que toda a gente, a segunda que fosse a mais indiscreta de todas as mulheres, que “nenhuma tanto sandia”, e a terceira que tão vil seria que ninguém casaria com ela. Aqui temos o contraste entre a Maria bemfadada e a malfadada, que revela bem os valores sociais, neste caso atribuídos a uma rapariga, principalmente na qualidade discreta e indiscreta, que significa “asservada” ou “ajuizada”, por oposição a “louca” ou “descontrolada”. Curiosamente, nos Açores, ainda hoje, podemos ouvir a expressão: “não ser bem discreto da cabeça”, significando “falar ou dizer asneiras”, “não ter tino”. Apesar de ser criada da madrasta, quando ficava sozinha em casa, a enteada, com a sua varinha de condão, podia vestir-se como uma princesa e passear na floresta. É numa dessas saídas que o príncipe a vê e apaixona-se por ela. Ela foge, mas ele “lo chapin lhe apanhou” e foi atrás dela. Quando chega à casa da madrasta, esta manda chamar a filha que tinha chegado da igreja e estava vestida como a Gata Borralheira. Como o infante não vê a outra, aceita levar a filha da madrasta consigo como princesa, cuidando que se desencantaria. Temos aqui mais uma variante da estória em relação às outras versões: a Maria bemfadada pede à varinha de condão que não a deixe ir porque era ela que o príncipe queria. Então, é o cavalo ou a “mulla branca” que para e diz ao dono: “- Parae ahi, dom infante / que levaes em companhia / moeda falsa por boa / e la boa ficaria”. Ele volta atrás, ameaçando enforcar a mulher que lhe mentiu. Ela diz não ter outra filha, apenas uma enteada que nunca sai de casa e está sem roupa e sapatos. O infante dá-lhe a sua capa, mas a Maria diz à madrasta: “tenho vestir e calçar / que nem rainha teria”. E, logo se vestiu com um “vestido d’azul e oiro”. Nos pés faltava-lhe um “chapin”, que o príncipe lhe calça no pé descalço. Nesta versão da estória, o vestido da Maria é “cor d’azul e oiro”, enquanto na versão da nossa informante é “azul e cor de rosa”. O *chapin* ou *chapim*, segundo o *Dicionário Priberam*, é um “antigo calçado de sola muito alta para senhora ou sapato elegante”, palavra antiga para denominar o sapatinho da Cinderela. Também não podemos deixar de salientar a variação linguístico-discursiva, quando o pai diz à filha que depois de se casar com a vizinha e esta for sua madrasta, se esta agora lhe dá “pão com mel” dar-lhe-á “pão e fel” e não “pão com fel”.

Entre os *Continhos populares madeirenses*, Alfredo Vieira de Freitas (1996: 13) diz: “quere-me parecer que há uma versão madeirense da Gata Borralheira, que no mundo já tem cerca de 350 versões, entre elas uma versão portuguesa...”. Esta aparece na recolha do autor, que apenas informa ter sido recolhida no Porto da Cruz (ilha da Madeira), com a seguinte denominação “De como uma **pastorinha da serra** veio a casar com um príncipe” (1996: 74-77). Este conto em prosa aproxima-se muito das versões de “A Maria da vaquinha” ou “A vaquinha da Maria”. Sempre que a Maria ia pastar o gado, a madrasta sobrecarregava-a de grandes e volumosas meadas de linho para que fosse fiando. A “vaquinha” ajuda-a e diz para ela sarilhar os novelos na ponta dos seus cornos. Entretanto, a maldosa madrasta adoeceu e desejou um pedaço de carne

da “vaquinha” da Maria e o marido vê-se obrigado a matá-la. Aqui surge uma variante na estória porque a “vaquinha” diz à Maria: “Não chores, tira um pedacinho dos meus quartos que eu lamberei e tudo ficará sarado...”. Mas, por inveja e maldade, para matar a “vaquinha”, a madrasta pede insistentemente um pedacinho do coração dela. Antes de morrer, a vaca diz à Maria para arranjar o debulho que nele encontrará uma varinha de condão que deve guardar e não dar a ninguém. Depois disto, a Maria vai a casa das fadas e faz toda a limpeza que pode e as três fadas fadam-na: “que seja mais brilhante que o sol e um diadema de ouro lhe rodeie a fronte...”. Ao chegar a casa, a filha da madrasta ficou invejosa de tanta beleza e perguntou-lhe o que fizera e ela, com ironia, disse que tinha ido à casa das fadas e feito malfeitorias. Ela faz o que a Maria lhe disse e as fadas, ao verem tanta sujidade, fadam-na do seguinte modo: “que seja a pessoa mais feia que existe no mundo e que excremento de burro lhe nasça na testa...”. A madrasta e a filha vão à missa, enquanto a Maria fica em casa, junto ao borralho da lareira, a fazer o almoço. Mas ela transforma-se e, no adro da igreja, aparece vestida como uma princesa com “gantos de ouro”, montada num elegante cavalo. Da segunda vez, pelo caminho de regresso a casa, a Maria perde um sapato e o filho do rei, que a seguia, fica com ele. Quando ele vai à casa da madrasta, esta apresenta-lhe a filha, a quem o sapato fica mais ou menos justo e ele vê-se obrigado a levá-la para o palácio porque prometera casar com a dona daquele sapato. Iam a sair da casa, quando o cão lhe ladra: “– **Au! Au! A feia vai e a bonita fica! Mau! Mau!**”. Surpreso, o príncipe volta-se e pergunta se a mulher não tem outra filha. Amedrontada, a mulher diz que sim. A Maria calça o sapatinho e o príncipe leva-a para o palácio onde se casam: “E foi assim que um formoso príncipe veio a casar com uma linda pastorinha...”. Nesta versão do conto, a variante do excremento na testa corresponde ao “mangalho de burro”, na versão da nossa informante. Vê-se muito bem como o recoletor padronizou a linguagem utilizada, deixando de ter um cariz popular e regional, para ter uma forma erudita. Além disso, apresenta no final de cada um dos contos uma espécie de preceito moral retirado da respetiva narrativa (cf. Caldeira, 2002). Houve, portanto, interferência do recoletor nos contos populares de tradição oral recolhidos, sendo que o autor indica apenas o local de recolha. Também é interessante verificar como a expressão da “cachorrinha” da Maria, na versão da Ponta Delgada, é reduzida e simplificada nesta versão do Porto da Cruz.

Viale Moutinho, nos seus *Contos populares das ilhas da Madeira e do Porto Santo* (2011: 149), adapta uma versão do conto da “Gata Borralheira”, recolhida em Santa Cruz e denominada “pão com mel, pão com fel”, em que, tal como na versão contada pela nossa informante, quando a filha pede para o pai casar com a vizinha, que era sua amiga porque lhe dava “pão com mel”, o pai responde: “Não, não caso. Agora dá-te pão com mel, depois seria capaz de dar-te pão com fel!”. A nossa informante disse-nos ter ouvido a estória da “Maria da vaquinha” de uma senhora “velhinha”, contadora de estórias, que já não saía de casa, chamada Rita Maria, na Lombada da Ponta Delgada, quando era pequena. Ela ia dias inteiros para o pé dela para ouvir as estórias. Diz ter aprendido muitas e nunca mais ter esquecido e acrescenta: “eu sei muitas, mas agora...”.

3. Romances tradicionais

Além da versão do conto da Cinderela, “A Maria da vaquinha”, que parece ser mais antiga do que a recolhida no Paul do Mar, a nossa informante contou-nos mais duas estórias em prosa, com conservação de alguns vestígios de versificação, que correspondem a antigos romances tradicionais contados ou cantados em verso com rima. A tendência é a estória passar a ser narrada em prosa, como podemos ver nos dois romances tradicionais, sem título, contados pela nossa informante.

3.1. A Linda Pastora

Havia dois irmãos e uma irmã e eram muito pobrezinhos ficaram sem mãe e sem pai eram muito pobrezinhos. E o irmão disse assim: irmã, a gente tamos aqui a viver muito pobrezinhos, eu já pensei em embarcar a ver se Deus nosso senhor me depara um dinheirinho que a gente melhore a nossa vida. E tu vais ficar na casa do tio pa não fiques aqui sozinha tamem. Tu po que é que dizes. E a irmã tá bem eu fico com o io. Os irmãos foram ambos e o irmão pediu ao tio pa irmã ficar lá e ele disse ta bem. Mas o velho tinha muito gado na serra, um pasto de gado e tinha um armazém onde guardava o gado. Então pos a rapariga na serra a pastar gado. E ela coitadinha obedeceu, mas também não lhe deu nenhuma fala. Não falava com ele, ele ia lhe por o almoço, ele ia lhe por o jantar. Ele tinha um lugar de por o almoço e outro lugar de por o jantar. Eh não lhe dava nenhuma fala. Ela sabia mais ou menos onde tava o almoço e o jantar ia lá e comia. Ao cabo de uns anos, o irmão veio se embora, mas rico, muito rico, muito bem vestido, muito bem calçado e veio ter à casa do tio onde tinha deixado a irmã. O tio disse tenho muito gado na serra e tu trazes muito dinheiro? SAh muito, dinheiro, muito dinheiro, tio,. Perguntou-lhe o dinheiro que trazia. O velho tava invejoso. O velho disse assim: A tua irmã não fala contigo. Ele disse Ela vai falar comigo. Vai-se fazer uma aposta como ela não fala contigo. Tá bem vai-se fazer uma aposta. Qual é a aposta que o tio quer? Aposta-se, se ela falar contigo (tosse), se ela não falar contigo (tosse) tu perdes o dinheiro e se ela falar eu perco o gado. Tá bem ficou combinado. Foram ambos pa serra e quando eles tavam perto de chegar o ti o fica pa trás e ele vai pa frente, porque o tio tinha apostado que ela não falava e ele ficou pa trás pa ela não ver que o tio tava a ver, quando o irmão chegou aproximou-se pao pé dela e disse:

- Menina bonita em tão grande perigo

diga lá menina se quer ir comigo.

E ela disse:

- Senhor vá se embora, não me dê desgostos,

não venha meu amo trazer o almoço.

E ele disse:

- Viesse senhor seu amo aqui nos achasse na serra falando.

Era na serra. Bem, ele tornou a repetir:

- Menina bonita em tão grande perigo,

diga lá menina se quer ir comigo.

E ela disse:

- Senhor vá se embora não me dê que falar,

não venha meu amo me trazer o jantar.

Bem, ele depois fingiu que ia se embora, mas ela dizia pa ele ir se embora, mas tava desejando que ele tivesse ali (risos). Ele foi dizer que vinha se embora e ela disse:

- Olhe lá cuma vai por essa arbusteza,

cuidado com sua roupa e sua meia de seda.

Como ele vinha bem vestido, pas meias ser de seda, vinha bem vestido. Ele vinha se embora, olhou assim pra trás:

- Sapatos e meias sempre romperei,

pa eu te falar sempre desejei.

Minha pastorinha, que eu sou teu irmão.

Depois abraçaram-se.

- Irmão de minha alma o que eu te fui dizer

palavras ingratas sem te saber responder.

Ele disse que era irmão, respondeu à maneira dela (riso).

A informante fornece algumas explicações para tornar a narrativa mais inteligível. Em Álvaro Rodrigues de Azevedo (1880: 257-260), encontramos a estória da “Linda Pastora”, como versão I da “Pastora Linda”, apresentando ainda outra que é um fragmento da narrativa toda em verso ou rima. O irmão é soldado que vai partir nas naus e diz à irmã para ir para a casa do tio que tem terras e gado. O tio quer dormir com a sobrinha, o que ela não aceita. Ele manda-a para a serra como pastora. Sete anos guarda ela o gado até que o irmão chega à casa do tio. Apresenta-se e o tio fica invejoso dele estar bem vestido e rico. Ele diz ter ficado rico “no corso, que nos mouros” deu. Esta variante reflete bem a antiguidade destes romances orais tradicionais, elemento que foi adaptado às novas realidades da guerra do ultramar e da emigração madeirense. O tio aposta tudo o que possui contra tudo o que o sobrinho tem como a irmã não se deixará convencer por ele. Aqui temos uma didascália: “Logo lo rapaz muito bem vestido e calçado, se foi em busca da irmã” e a estória continua a ser narrada em verso. Ele diz querer ser seu criado, ao que ela responde: “- Creado tão nobre, de meia de sêda / olhe nã na rompa por essa **resteva**”. Existem algumas semelhanças e diferenças entre esta versão mais antiga e mais completa e a versão atual da nossa informante. Rezende (1961: 316-317), na parte dedicada ao folclore-romanceiro, apresenta a “História da Pastora”, em que o irmão diz: “- Mulheres na serra correm grande perigo / menina dizeí, se queres ir *mais eu*?”, em vez de “comigo”, variante do registo popular que faz perder a rima e contrasta com a formalidade discursiva da conservação da forma verbal “dizeí”. Ao que ela responde: “- Que dirá meu amo? E eu que lhe direi?” e ele retorque: “- dizeí-lhe menina, que vos demorou / uma *nuvia* d’água que tudo molhou”. Outra variante curiosa é o uso da forma do verbo *reinar*: “- Senhor vai-se imhora, já ‘stou reinando / se vem o meu amo, o sr. Fernando?”. E ele diz: “- Oxalá viera já neste repente / eu cá não sou lobo, que coma gente”. Ainda mais interessante é a variante lexical *feiteira* por **resteva**, quando ele diz que vai embora chorando e ela aconselha: “- Como está pressado! De meias de sêda / olhe não as rompa por essas **feiteiras**”. Ele responde que “só para agradar tudo farei” e “sapatos e meias romperei”. Então, ela afirma a sua realidade madeirense de pobre pastora: “- Eu não valho tanto, viloa da serra / os meus fatos grossos são da côr da terra”. Finalmente, ela aceita ir com o fidalgo como sua mulher, ao que ele responde ser seu irmão. Assim, termina o romance que não refere o tio e a aposta feita. Em *O fio da memória. Recolhas da música tradicional da Madeira e Porto Santo* (2014), encontramos uma versão da “Linda Pastora”, onde se lê: “será das canções mais antigas da tradição regional, correspondendo a uma versão local de um romance tradicional conhecido em diversos pontos do país”. Para compararmos com as versões anteriores, transcrevemos apenas alguns versos deste fragmento que começa assim: “- Que linda pastora / que pastoras gado / Oh lindo moço, pa ser seu criado. / - Criado tão gentil de meia de seda / olhe, não a rompa por esta **rocheda**!”. Nesta versão já se perderam algumas rimas, processo que faz parte da transmissão oral através da memória e da reconstrução e recriação popular da estória, assim com a variação linguístico-discursiva, com variantes lexicais como o vocábulo *arbusteza* (forma derivada de *arbusto* com o sufixo *-eza*), na versão da nossa informante, quando a pastora diz para ele não romper as meias de seda, a par da palavra **rocheda** (forma derivada de *rocha* com o sufixo *-eda*), na versão Xarabanda (2014), correspondendo, em Álvaro Rodrigues de Azevedo, a **resteva** (restolho ou esteva – “rabiça do arado ou da charrua”) e a **feiteiras** em Rezende (1961), o vocábulo mais popular. Como podemos ver, as variantes introduzidas, normalmente, são discursivas e sinonímicas e estas diferenças ou mudanças, segundo Ferré (1991, 452), são “clara plebeização e, simultaneamente, atualização dos factos”, com o léxico de cada informante. Estas

variantes ou variações lexicais são frequentes, tal como a variação na denominação do romance. Na plataforma romanceiro.pt, encontramos algumas versões deste romance recolhidas na Madeira, designadamente no Porto da Cruz (Malata de Cima), em Machico (Lombo do Cheque) e no Porto Moniz (Seixal, Serra d'Água), em que a estória é classificada como “Silvana”, tendo contaminação com outros romances como “Delgadina” ou “Delgadinha”.

3.2. A Infantina

A nossa informante termina a narrativa e começa a contar outra estória, dizendo: “Havia outra”. E recita-nos “A Infantina”, também denominada “(Uma) Princesa encantada”, que se confunde com a versão “La rainha mulata”, “La filha del-rei de França” e “O Cavaleiro Enganado”, “Bela Infanta”, “Dona Infância” ou “Infanta de França”, “O Caçador” e ainda “A Bela Aninhas”, como veremos adiante. Assinalámos a negrito os versos com rima, conservados na narração da estória.

Naquele tempo havia fadas que as fadas fadavam, o que elas diziam acontecia. Elas fadaram uma menina filha de um rei sete anos e um dia. E essa menina tinha um irmão e o irmão era caçador e ia pa serra caçar e ela passou ao pé dele e conheceu-o. Ele cá não conhecia, ora sete anos! E ela disse:

**- Caçador que vais à caça levai-me em vossa companhia
sete fadas me fadaram sete anos e um dia,
me fadaram até ontem sete anos e um dia,
bem pudera cavalheiro me lewares em companhia.**

E ele disse:

**- Espere menina espere, espere aí mais um dia
que eu vou tomar um conselho com a mãe que me pariu.**

E ela disse:

- A vossa mãe já é velha conselho não daria.

E ele repetiu:

**- Ela sempre me deu bons que conselho não daria,
espere menina espere, espere aí mais um dia.**

Chegou ao pé da mãe e disse: Mãe, em tal parte, na serra, tá uma menina bonita, bonita, e ela pediu-me pa a levar em companhia, mas eu disse que vinha tomar um conselho ca mãe. E a mãe disse: olha vai la e traz a menina, mas não a tragas por mulher, nem a tragas por criada. Quer dizer, pa mulher era pa não a ofender e por criada pa não lhe dar mau pezar. Ele foi levou um cavalo e a menina veio a cavalo, mas ele chegou uma altura atentou-se, teve tentações: (risos)

**- Atrás, atrás meu cavalo, atrás vida minha,
na fonte que eu bebi agua meu punhal me esquecia.**

**- Adiante cavalheiro não vais atrás de tal tirania,
se o punhal era de prata meu pai de ouro to daria.**

Ele seguiu à frente, mais à frente o diabo, nova tentação, ele disse:

**- Atrás, atrás meu cavalo, atrás, atrás vida minha,
na fonte que bebi agua meu punhal me esquecia.**

Ela tornou a dizer:

**- Adiante cavalheiro, não cais em tal tirania,
se o punhal era de prata meu pai de ouro te daria.**

E ele seguiu à frente, chegou uma altura, seguiram em frente, avistaram o palácio real do pai dela, o pai dela e dele. Não avistaram mais nada, mais nada, senão aquele grande palácio e ela disse:

*- A porta do meu pai vejo, vejo um sinal aguareiro,
mas as portas tão fechadas num dia tão soalheiro.*

Que era o dia que ela aparecia, devia haver uma grande festa. E ele olhou pra ela:

- Os sinais que vós me dás, você é mana minha.

E ela responde:

- Sou filha do rei da França e da rainha Constantina.

Que era filha, que o pai era o rei e a mãe era rainha. E Eles chegaram a casa. Apresentou a menina que era irmã. Os pais fizeram grande festa, tiveram os sinos a tocar oito dias:

Os sinos da minha aldeia toque toque sem parar

que a filha do rei apareceu, grande festa vamos dar.

E, então, teve oito dias que o rei sustentou aquela aldeia toda, deu comer e beber da filha aparecer àquela gente toda.

Álvaro Rodrigues de Azevedo (1880: 275), nos contos de fadas, apresenta a estória da “Princesa encantada”, versão I de “Las tres cidras do amor”, à qual pertence também a versão apresentada acima. A menina está “lá derriba do **loireiro**” e diz que sete fadas a encantaram por sete anos e um dia, acrescentando que “de ser princesa de França / a rainha passaria”. Ele diz ser rei “destes logares” e que com ele a “levaria p’ra casar e ser rainha”. Como a menina não tem roupas para casar, nem damas de honor, volta ao palácio para trazê-las. Entretanto, “Malata” chega à floresta, a menina inocente diz que vai casar com o príncipe, ela fica invejosa, faz a menina descer da árvore para penteá-la e enfia-lhe um alfinete na cabeça, transformando-a numa pombinha e sobe para o loureiro para ficar no lugar dela. Quando ele volta, ela diz: “- **Soy la princesa de França que vossa mulher seria**” e o príncipe vê-se obrigado a casar com ela: “- **La palavra de rei nunca eu la negaria**”. Casam e a pombinha vai ao palácio todas as tardes, até que o príncipe a deixa pousar no braço e tira-lhe o alfinete da cabeça. Ela volta a ser princesa, casam-se e ele manda prender a “Malata”. O autor apresenta ainda a versão II, “La rainha mulata”, e III, “La filha del-rei de França”, em que o rei foi longe caçar e viu sobre o “**loireiro**” uma “formosa donzilha”. Ela diz ter sido fadada sete anos e um dia e aceita ir com ele de cavalo para o palácio. Ele, pelo caminho, tem tentações, devido à sua beleza, e pede-lhe um abraço. Ela tem de mentir, dizendo: “- Sou filha de malatos / da maior malataria / e homem que me tocasse / malato se tornaria”. Anotece, ele quer parar para dormir, ela não quer. Então, ele pergunta: “- Quem sois?” e ela diz: “- Sou filha del-rei de França”. Em Álvaro Rodrigues de Azevedo (1880: 211), na “estória da captiva rainha”, com várias versões, também ocorre a referência a França: “- Na minha terra de França / menina me divertia”. Marques (2005: 99) escreve que “Quanto à literatura oral, a introdução em Portugal de textos de origem francesa fazia-se através da mediação de versões orais espanholas, que por sua vez derivavam de versões orais francesas”, o que explica a referência aos reis de França e a presença de formas espanholas na linguagem.

Rezende (1961: 317-323), logo depois da “História da Pastora”, apresenta o romance com o título “A Rainha Mulata”. Esta versão começa da seguinte forma: “Foi el-rei a caçar” e deita-se a descansar debaixo de um **araçaleiro**, o que é uma variante em relação ao loureiro. A menina é tão “formosinha” que ele diz: “Se soides princesa ou fada / sabê-lo eu desejava / porque se princesa sois / à côrte vos levaria / e como rei destes reinos / eu convosco casaria”. Ela anuncia ser princesa de França e ter sido encantada por sete fadas durante sete anos e um dia. Acrescenta que com ele “de bom grado casaria”, mas está “mal vestida” e sem “companhia”. O rei parte para a corte para trazer-lhe roupa. Vem a “mulata aguadeira”, vê a princesa e esta diz-lhe que o rei

“tornaria” para casar com ela. A mulata convence-a a descer da árvore e na cabeça enfia-lhe um espinho “cheio de bruxaria”, transformando-a numa “feia cruja”, variante que substitui a linda “pombinha” das outras versões. A mulata faz-se passar pela princesa, o rei acredita e diz: “nem à promessa de rei / eu nunca vos faltaria”. A coruja aparece, nos jardins do palácio, pedindo justiça no seu triste piar (referência que não encontramos noutras versões). A mulata, para afastá-la do palácio, atira-lhe um dardo, que lhe arranca o espinho, e ela transforma-se na bela princesa. O povo revoltado mata a mulata e o rei casa com a princesa. Aqui temos uma contaminação de dois romances: a “Infantina” e “O Cavaleiro Enganado”.

Em *Ilha da Madeira I Folclore Madeirense*, Pestana (1965, XXV) regista o romance tradicional “Dona Constantina” como versão madeirense do “rimance” que Garrett colheu sob o nome de “O Caçador” e de que Teófilo dá algumas versões com os nomes de “Infantina”, nome da versão espanhola, “O Caçador e a Donzila” e várias outras versões “metropolitanas”, juntando uma versão madeirense com o nome de “A filha do rei de França”. O autor afirma que Garrett considera este romance de “imemorial antiguidade”, indicando que “É nestes romances antigos que se encontram ainda vestígios do falar arcaico e dos costumes medievais: *la* por *a*, *lo* por *o* e *serenas* por *sereias*. Apresenta “Dona Constantina” (1965: 97-98) como o romance tradicional do cavaleiro que vai à caça e encontra uma donzela num loureiro, decidindo levá-la por companhia, em que surge o nome “Aninhas”, filha do rei da Grécia e da rainha Constantina”. O romance termina com “festa na corte e repicar de sinos / apareceu a Dona Aninhas mais o irmão Constantino”. Ferré (1982: 250-272) regista várias versões da estória da princesa encantada com o nome “O cavaleiro enganado”. Na primeira versão apresentada, recolhida na Serra de Fora, concelho do Porto Santo, a menina pede para o caçador a levar consigo, dizendo: “- Bem podias, cavalheiro, levar-me em tua companhia / ou p’ra moça ou p’ra criada ou p’ra vossa ousadia”. Ao que o cavaleiro responde que vai falar com a mãe que o pariu, introduzindo uma variante semelhante à da versão da nossa informante, em que a mãe aconselha: “- Não a tragas por mulher, não a tragas por amiga / trá-la por irmã tua, faz-lhe bela companhia”. Ferré (1983a: 25-26) apresenta outra versão madeirense do romance “A Infantina”, em que o caçador também diz ir tomar conselho da mãe que “temia”, mas a menina consegue convencê-lo a levá-la. Quando chegam à serra “d’amores a cometia”. Aqui, começamos a ver interferências explicativas do recitador, como “Ela disse-lhe: Tate tate cavaleiro não faças tal tirania”. Depois temos a seguinte explicação narrativa: “Ele nunca mais lhe disse nada. Quando se chegaram pa’ povoado, pa’ perto do palácio do pai” e retoma os versos: “Chegou-se pa’ povoado já a Infante s’ia a rir”. Como vemos, a narração em verso torna desnecessária a intervenção explicativa do recitador, que é importante porque aponta para a prosificação da narrativa. Nesta versão, a menina, para afastar os avanços do rapaz, também diz que é filha de uma mulata e que ele num mulato se tornaria se lhe tocasse. Após falar da riqueza dos pais, ele percebe que é seu irmão e o romance termina com as festas na corte e repiques de sino “Qu’apareceu a dona Infante / e seu irmão Gonçalino”. Francisco de Lacerda (1993: 31-33) também documenta uma versão deste romance tradicional com o nome “Dona Infância (?)”, recolhida no Porto Santo, indicando a sua identificação como “Infanta de França”, variação de “Infantina”. A narrativa é toda contada ou cantada em verso com rima. Começa da mesma forma que a versão acima com o caçador que foi à caça e a descrição da menina em cima do loureiro. Ferré (1983b: 158) diz que, na Madeira, alude-se constantemente a um loureiro. Isto dever-se-á, certamente, à importância do loureiro na ilha que dá nome à floresta indígena, chamada Laurissilva. O autor indica ainda que as versões insulares imprimem “maior cunho descritivo” à narração, “reforçando o

maravilhoso incipiente do texto quinhentista”, como é o caso da descrição da menina, chamada Dona Infância, que encontra seu irmão Gonçalino. Em Manuel da Costa Fontes, que coligiu e editou o chamado *Romanceiro Português dos Estados Unidos*, nomeadamente da Califórnia, entre os vários romances coligidos, também encontramos o romance denominado “Infantina” ou “O cavaleiro burlado”, recolhido em San Diego (em 1975), com o título “D. Pedro foi à caça”, versão muito semelhante às recolhidas na ilha da Madeira. Nesta versão, algumas das variantes são que a donzela em vez de pedir para ele a levar em companhia diz “levar em sua guia”. O caçador diz ter perdido as esporas e ela responde para ele não usar tal “vilania”, que o pai se soubesse “qu’aqui ia a sua filha, mandava tocar campoinas e os sinos se dobrariam”. Então, ele percebe que ela é sua irmã. O autor regista várias versões deste romance, entre outras variações, com o título “Sete fadas me fadaram” (1983: 109-110). Nas *Recolhas Xarabanda* (1995: 41-42), temos duas recitações incompletas do romance “Infantina”, respetivamente da Achada de Cima - Gaula e do Curral dos Romeiros – Monte. Neste último caso, é curioso notar que se perdeu a referência ao rei de França e à rainha Constantina, embora termine com festa na corte. Quando o caçador vê a menina, “Mais bonita do que o sole / e mais alva qu’a luz do dia”, quer levá-la consigo e ela diz: “- O meu irmão é Manuele / o meu pai António Martins / e a minha mãe é Maria / e eu sou Rosa da mais fins”. Ao que o caçador responde: “- Ai, só pelo jeito qu’ê veja vós sendes ua mana minha”.

Em *Continhos populares madeirenses*, Freitas (1996: 101-102) documenta o conto denominado “Uma princesa encantada”, recolhido em S. Roque do Faial (ilha da Madeira), com contaminação do romance tradicional “Infantina” com a “Mulata”, tal como já vimos numa versão acima. Nesta estória, uma velha fada rancorosa contra o príncipe enamorado pela princesa, encantou-a, dizendo-lhe: “- Só daqui a cinco anos o encanto findará... depois casarás com ela”. Aqui, ocorre uma variante dos cinco anos em vez dos sete anos e um dia e a princesa não é irmã do príncipe. No *Novo Romanceiro do Arquipélago da Madeira* de Ferré e Boto (2008: 431-467), encontramos várias versões da estória denominada “A Infantina”, recolhidas na ilha do Porto Santo e em diversas localidades e concelhos da ilha da Madeira. Na primeira das versões apresentadas, o caçador vai à caça e vê uma menina, chamada **Aninas** (variante de *Aninhas*), que diz ser filha do rei de França e da rainha Constantina. Em *Tradição Oral de Santana* (2009: 100-101), é atestada uma versão deste romance tradicional, recolhida no concelho de Santana, ilha da Madeira, da boca de Maria Vieira Faria, com o nome “A Bela Aninhas”. Nesta versão, a linda donzela diz ao caçador: “- Sete fadas me fadaram / nos braços de uma mãe minha / que houvera de vir para a **serra** / sete anos e um dia”, onde temos a referência à **serra** tão característica das versões madeirenses dos romances tradicionais portugueses, em que numa das denominações da estória encontramos o nome “**pastorinha da serra**”. Na versão de “A Bela Aninhas”, tal como na da nossa informante, a donzela diz ser filha do rei de França e da rainha Constantina e a estória termina da seguinte forma: “Grande festa vai na corte / lindos repicar dos sinos / que apareceu a bela Aninhas / ao seu irmão Constantino”. Destacamos, aqui, a variante no nome do irmão “Constantino” (talvez por influência do nome da mãe) e não “Gonçalino” como noutras versões. Seria muito interessante poder comparar todas as versões desta estória e as respetivas variações, o que não cabe no âmbito deste pequeno estudo. No entanto, não podemos deixar de referir que algumas versões se aproximam da aqui documentada, designadamente através da variante da referência do cavaleiro à mãe: “- Eu vou tomar conselhos co’uma mãe que me paria / que, velhinha de bom tempo, bom conselho me daria”. Pinto-Correia, no prefácio a *Tradição Oral de Santana*, a propósito das recolhas realizadas e publicadas, escreve que “são ricos testemunhos de natureza linguístico-literária; quase todos eles brotam de um fundo antigo que traz a

público composições que emergem não só da remota memória e voz de incidência santanense, mas igualmente da tradição mais vasta da cultura tradicional portuguesa e mesmo ibérica e europeia” (xv-xvi), como é o caso do romance “A Bela Infanta”. O autor (2003: 393-399), na secção romances novelescos, apresenta o romance “Infantina”, na sua primeira versão com o título “O caçador”, retirado de Garrett (ed. de 1963, II: 57-59); uma versão recolhida cerca de Bragança; outra nos E.U.A., em Nova Inglaterra (1980), publicada em Costa Fontes; uma de Campo de Cima, concelho do Porto Santo, Madeira, recitada por Teresa Felicidade Melim de 47 anos, recolhida por Pere Ferré em 1981 (publicada em 1982), assim como a versão chamada “Infantina”, recolhida de Amândio Augusto, com 82 anos, em 1980 (DMarques, 1987).

4. Uma quadra solta e três adivinhas

Além das estórias em prosa, a nossa informante recitou-nos ainda uma quadra solta de cariz jocoso/irónico, que ocorre na chamada “canção do bate-bate”, apenas com ligeira variação no último verso: “Virou-o da cama em baixo”.

O meu amor é pequeno
De pequeno não o acho
Uma pulga deu-lhe um coice
Deitou-no da cama a baixo.

A informante disse-nos também três adivinhas: a do machado, registada por Soares (1914, 149), e as do lume e da peneira. Ela explica que “o lume anda no mato e não anda no caminho, que é rocha ele não pega” e que a peneira “tá peneirende”.

Qual é a coisa qual é ela
que chega à serra dá um berro?

Qual é a coisa qual é ela
que anda no mato e não anda no caminho?

Qual é a coisa qual é ela
que bate em mim,
bate em vós e bate no nós?

Soares (1914) mostra-nos que as adivinhas eram ditas em versos, daí serem apresentadas em “Subsídios para o Cancioneiro do Arquipélago da Madeira”, juntamente com trovas ou quadras populares, religiosas e profanas, e “romances”. Como escreve o autor, trata-se de um “tesouro tradicional e lexicológico do Arquipélago da Madeira”, traduzindo a grande riqueza da diversidade do património imaterial regional.

Conclusão

No âmbito dos estudos da cultura popular madeirense, a nossa contadora de estórias recitou-nos um conto de tradição oral, “A vaquinha da Maria”, e dois “romances” tradicionais também transmitidos oralmente, “A Linda Pastora” e a “Infantina”. Estas parecem ser as estórias do romanceiro português, enquanto género medieval, mais popularizadas, ou seja, com maior enraizamento na memória das populações rurais das ilhas da Madeira e do Porto Santo, perpetuadas pela tradição oral moderna. No que diz respeito à “Linda Pastora” e à “Infantina”, como podemos ver, apesar de serem em grande parte prosificações, tendência para a narrativa ser feita em

prosa, não deixam de ser “romances” de pleno direito. Porém, ainda existem alguns vestígios de rima em verso, conservando algumas palavras e formas antigas da Língua Portuguesa, assim como traços dialetais madeirenses (por exemplo o –e final de palavra em vez de –o e o *voua* por *vou*) e características da oralidade (como a omissão de sílabas, a contração de vogais e mesmo a falta de concordância entre o sujeito e o verbo).

Sabemos que a linguagem popular e regional apresenta uma grande riqueza ou abundância lexical, resultante da expressividade e da criatividade do povo (a classe social menos escolarizada da população), que utiliza vocabulário padrão e não-padrão ou diferencial (populismos e regionalismos). Esta literatura tradicional, enquanto património oral linguístico e cultural madeirense, traduz toda essa riqueza expressiva, pois, como vimos, cada estória tem diferentes versões, com as suas variações e variantes, que andam “na alma do nosso povo, que é preciso coligir, enquanto é tempo, para que se não perca...” (Freitas, 1955: 31). A transmissão oral dos contos populares e dos romances tradicionais, tal como das adivinhas de sabor etnográfico, está a desaparecer, perdendo-se uma importante herança cultural que importa resgatar da memória das gerações mais idosas para que possa chegar às novas gerações.

Bibliografia

- Azevedo, A. Rodrigues de, *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, Funchal, Voz do Povo, 1880.
- Branco, J. Freitas, “Ruralidade insular: a desagregação de comunidades tradicionais na Madeira (esboço de problemática)”, *Análise Social* vol. XIX, n.º 77, 78, 79, Lisboa, 1983, 635-644.
- Caldeira, M. da F. C., *O conto popular e “os bons caminhos”*, dissertação de mestrado em filosofia apresentado à Universidade Católica, Braga, texto policopiado, 2002.
- Cardigos, I. D. e Correia, P. J., *Catálogo dos Contos Tradicionais Portugueses (com as versões análogas dos países lusófonos)*, 2 vols, Centro de Estudos Ataíde Oliveira (CEAO), Porto, Edições Afrontamento, 2016.
- Castro, Rodolfo, *A intuição leitora, a intenção narrativa*, Lisboa, Gatafunho, 2012.
- Catalán, Diego, *Catálogo general del romancero. I. A: Teoría general y metodología del romancero pan-hispánico. Catálogo general descriptivo* (con la colaboración de J. Antonio Cid et al.), Madrid, Seminario Menéndez-Pidal, 1984.
- Ferré, Pere, *Romances Tradicionais*, Câmara Municipal do Funchal, 1982.
- Ferré, Pere, “O Romanceiro Tradicional: uma coleção de romances da ilha da Madeira”, *Vértice* n.º 454, maio/junho 1983a, pp. 3-28.
- Ferré, Pere, “Os romances da «Infantina», «Cavaleiro enganado» e «A irmã cativa» à luz da tradição madeirense”, *Boletim de Filologia*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica / CLUL, 1983b, 143-178.
- Ferré, Pere, *A Memória do Romanceiro*, Lisboa, Editora Sá da Costa, 1991.
- Ferré, Pere, *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna. Versões Publicadas entre 1828 e 1960*, vols. I-IV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000-2004 e Ferré, Pere, “O Romanceiro em Portugal (1960-2007)”, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal, Instituto de Estudios de Literatura Tradicional, pp. 72-93.
- Ferré, Pere e Boto, Sandra, *Novo Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Funchal 500 Anos, 2008.
- Filho, J. Lopes, “As estórias tradicionais na cultura cabo-verdiana”, *Islenha. Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 32, jan.-jun. 2003, 154-164.
- Fontes, M. da Costa, *Romanceiro Português dos Estados Unidos. II. Califórnia*. Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1983.

- Freitas, A. Vieira de, “Era uma vez... Contos, lendas e outras tradições madeirenses”, *Das Artes e da História da Madeira*, Funchal, n.º 21, 1955, 31-32; n.º 28, 1958, 32-38.
- Freitas, A. Vieira de, *Era uma Vez... na Madeira (Lendas, Contos e Tradições da Nossa Terra)*, Funchal, Edição do Autor, 1964.
- Freitas, A. Vieira de, *Continhos Populares Madeirenses*, Funchal, Secretaria Regional de Educação, 1996.
- Gonçalves, E., “Histórias de Bisbis: Dois diálogos e algumas cantigas da tradição oral do povo madeirense”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. IX, n.º 39, Funchal, 1969, 23-36.
- Gonçalves, E., “Quatro contos, um romance e algumas cantigas da tradição oral do povo madeirense”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. VII, n.º 40, Funchal, 1970, 8-19.
- Gouveia, C., “A viúva e os seus três filhos”, *Xarabanda n.º 15*, Funchal, 2004, 40-42.
- Lacerda, Francisco de, *Folclore da Madeira e Porto Santo* (introdução e fixação do texto por J. M. Bettencourt da Câmara), Lisboa, Edições Colibri, 1993.
- Marques, J. J. Dias, “As recolhas inéditas do romanceiro transmuntano”, *Oral Tradition and Hispanic Literature. Essays in honor of Samuel G. Armistead* (edited by Mishael M. Caspi), Garland Publishing, Inc., New York and London, 1995, 415-443.
- Marques, J. J. Dias, “O Romanceiro em Povo Que Canta”, *Michel Giacometti 04. Filmografia completa*, Tradisom Produções Culturais Lda, 2010, 24-40.
- Marques, J. J. Dias, “Traduções escritas e evoluções orais da balada tradicional *La Fille du Roi d’Espagne*”, *Relações Literárias Franco-Peninsulares* (org. Ana Clara Santos), Lisboa, Edições Colibri, 2005, 99-114.
- Matos, F., *A imagem da donzela nas versões madeirenses do romance tradicional português* (prefácio de David Pinto-Correia), Funchal, DRAC, 2001.
- Matos, F., “O romance tradicional: importante testemunho do nosso património imaterial”, *Xarabanda Revista n.º 15*, 2004, 17-18.
- Mendonça, D., *Da Madeira a New Bedford. Um capítulo ignorado da emigração portuguesa nos Estados Unidos da América* (prefácio de Onésimo Teotónio Almeida), Funchal, DRAC, 2007.
- Moutinho, J. Viale, *Contos Populares das Ilhas da Madeira e do Porto Santo*, Funchal, Nova Delphi, 2011 [Reescrita de contos já publicados em Freitas 1996, etc.].
- O Fio da Memória. Recolhas da Música Tradicional da Madeira e Porto Santo*, Funchal, Xarabanda, 2014.
- Pereira, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, Vol. II, 4ª ed., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989.
- Pestana, Eduardo Antonino, *Ilha da Madeira I Folclore Madeirense*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1965.
- Pinto-Correia, J. David, *Romanceiro oral da tradição portuguesa (apresentação crítica, antologia e sugestões para análise literária)*, Lisboa, edr, 2003.
- Pires, Natália, *O Léxico do Romanceiro da Tradição Oral Portuguesa (1828-1960)*, A Coruña, Universidade A Coruña, 2007.
- Purcell, Joanne B., *Novo Romanceiro Português das Ilhas Atlânticas I* (organização de Isabel Rodrigues-García, com a colaboração de João A. das Pedras Saramago), Madrid, Seminário Menéndez Pidal, 1987.
- Recolhas Xarabanda I. Romances Tradicionais e Cantigas Narrativas*, Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda, 1995.

Rezende, M. A. Leotte, *Canhas e Câmara de Lobos. Estudo Etnográfico e Linguístico*, (dissertação de Licenciatura em Filologia Românica, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1961.

Silva, Pe. Fernando Augusto da, *Vocabulário Madeirense*, Funchal, Junta Geral do Funchal, 1950.

Torres, Jorge, “Como se faz uma recolha de romances tradicionais?”, *Xarabanda Revista* nº 15, 2004, 10-16.

Tradição Oral de Santana (Prefácio de João David Pinto Correia; organização, classificação e paginação de Cláudia Sofia Silva; recolha e transcrição de Paulo Duarte Mendonça e Idalina Góis), Santana, Junta de Freguesia de Santana, 2009.

Vasconcelos, J. Leite de, 1960, *Romanceiro Português*, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra.

Webgrafia

“Conto de tradição oral”, Aprender Madeira, *DEM*. Disponível em <http://aprenderamadeira.net/conto-de-tradicao-oral/> (consultado a 14 de agosto de 2016).

“Cinderela”, ContosdeGrimm. http://www.grimmstories.com/pt/grimm_contos/a_gata_b_orralheira_cinderela (consultado a 30 de agosto de 2016).

“Alfobre”, “Aljofre”, “aljofarar”, “aljofrar”, “chapim”, “cola”, “mangalho”, “morno”, “resteva”, *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em <https://www.priberam.pt/dlpo/> (consultado a 31 de agosto de 2016).

“Investigadores algarvios lançam Catálogo de Contos Tradicionais”, *Barlavento: Semanário Regional do Algarve*, 23-09-2016. Disponível em <http://barlavento.pt/destaque/investigadores-algarvios-lancam-catalogo-de-contos-tradicionais> (consultado a 26 de setembro de 2016).

Romanceiro.pt. Disponível em <http://romanceiro.pt/#/> (consultado a 26 de setembro de 2016).